

# CAPÍTULO 6

POVOAMENTO E REDE VIÁRIA NO  
TERRITÓRIO DE INFLUÊNCIA DE *AQUAE*  
*FLAVIAE*

FRANCISCO SANDE LEMOS\*  
CARLA MARIA BRAZ MARTINS\*\*

\* Arqueólogo (PhD – Pré-História e História da Antiguidade).

\*\* CITCEM/ICS-UM. Bolseira da FCT (BPD). Colaboradora externa da FEUP.

## 1. INTRODUÇÃO

Há uma extensa bibliografia, e numerosos equívocos, sobre o que se convencionou designar como “romanização” do Noroeste da Península Ibérica, ou seja a integração dos chamados “*populi*” do território a Norte do Douro e a Oeste do Elba no Império Romano e as consequentes mudanças na matriz territorial, estrutura económica e social e paisagem.

Na verdade não é seguro afirmar que os “romanos” pretendiam “romanizar” as sociedades que dominavam. Tal como outros impérios também Roma se limitou a manipular sistemas políticos, religiosos e culturais autóctones, como modo de consolidar o seu poder nos territórios conquistados. Aliás cada império tem os seus mecanismos próprios de apropriação do espaço, dos recursos naturais e humanos, bem como dinâmicas específicas (Gardner 2007).

Em texto anterior (Lemos 2004a) tentou-se definir as componentes essenciais do *modus operandi* da “máquina imperial” de Roma no Noroeste da Península Ibérica, as quais determinaram uma nova divisão do espaço, através de: uma complexa malha viária; uma rede de *civitates* e sistema tributário (Orejas *et alii* 2000); hierarquia e diversificação dos tipos de *habitat* (Martins 1995; Martins *et alii* 2005); um aproveitamento sistemático dos recursos, designadamente os mineiros (Orejas e Sánchez-Palència 2002; Martins 2008; Lemos e Martins 2008).

A zona de influência de *Aquae Flaviae*, pelas suas características geográficas e recursos, bem como pela sua anterior organização no período da II Idade do Ferro, é um excelente caso de estudo para se analisar o modo diferenciado como actuou a “máquina” posta em movimento pelo poder romano.

## 2. O POVOAMENTO PROTO-HISTÓRICO (Mapa 4)

Não se dispõe para Trás-os-Montes Ocidental de um estudo equivalente ao que foi realizado no Nordeste Transmontano (Lemos 1993) ou em vários sectores do Entre Douro e Minho, designadamente no Baixo Ave (Dinis 1993 e 1999), no Médio Vale do Cávado (Martins 1989/90), no Neiva (Maciel 1997 e 2003), bem como na faixa litoral entre Esposende e Caminha e tramos inferiores dos rios Lima e Minho (Almeida 1990 e 2003; Lopes 2003). Recentemente foi apresentado um trabalho de síntese sobre a romanização da zona de Entre Douro e Minho, que inclui um inventário extensivo de sítios proto-históricos (Carvalho 2008). Todavia, para além das diferentes metodologias e critérios tipológicos, o que suscita problemas de análise, verificam-se discrepâncias no nível de conhecimento adquirido. Seja como for já se sabe bastante acerca da área dos grandes povoados do litoral (o espaço tradicional dos estudos), mas muito pouco sobre os castros de Trás-os-Montes Ocidental, apesar dos trabalhos de Paulo Amaral (1993) e Ricardo Teixeira (1996) e mal

grado textos recentes (Fonte *et alii* 2008a). No entanto, considera-se que é possível incluir aquele território no espaço dos grandes castros, embora com assinaláveis diferenças (Fonte *et alii* 2008a). O número de prospecções, sondagens e escavações é muito limitado, como aliás em todo o Noroeste Peninsular (González Ruibal 2006/07). Todavia é evidente uma hierarquia de povoamento (González Ruibal 2005; Fonte *et alii* 2008a; Fonte 2009), com lugares centrais bem definidos ordenando uma rede de outros castros, sendo possível que tal complexidade se fundamentasse na actividade de extracção de minérios (ouro e estanho), sua metalurgia e controlo do comércio (González Ruibal 2004 e 2006/07; Fonte 2009).

Esta matriz de povoamento terá sido desmantelada pelo poder romano, pela força, ou através de mecanismos de aliança de que apenas se conhecem algumas estratégias possíveis registadas no Édito do Bierzo (Grau Lobo 2000; Sánchez-Palência e Mangas 2000). Porém na zona flaviense, não foram identificadas as antigas sedes dos *populi*, ou mesmo a sua área nuclear. Aliás um fenómeno idêntico verifica-se na zona Sudoeste do *conventus* bracarense, entre o Minho e o Douro, apesar de vários ensaios (Alarcão 1995-96; Rodríguez Colmenero *et alii* 2004). Pelo contrário noutras áreas, como por exemplo no sector montante do vale do rio Lima e de um modo geral na *Callaecia* Setentrional a localização dos *populi* citados por Plínio ou registados na epigrafia tem sido relativamente fácil (Tranay 1981; Rodríguez Colmenero *et alii* 2004). Mais importante do que apresentar novas propostas é sublinhar tal disparidade e extrair as conclusões óbvias: na área meridional da *Callaecia* as rupturas planeadas e executadas pelo império, sob o governo da dinastia júlio-claudiana, foram profundas e extensas, de tal modo que as eventuais diferenças e demarcações entre *populi* se desvaneceram em poucas décadas. Neste processo de profundas mudanças a rede viária teve relevante função.

### 3. A REDE VIÁRIA DA ÉPOCA ROMANA

No âmbito geral do programa da rede viária do Noroeste da *Hispania* a ligação entre *Asturica Augusta* e *Bracara Augusta* parece ter merecido especial atenção do poder romano. Esta circunstância é compreensível tendo em conta o posicionamento geo-estratégico das duas cidades, capitais de *conventus*. Uma delas, *Asturica*, situada no extremo ocidental da Meseta Norte. A outra, *Bracara*, no canto Sudoeste da *Callaecia*, próximo da foz do rio Douro e no enfiamento do eixo atlântico (Mantas 1996; Morais 2007) entre *Olisipo* (o grande porto da *Lusitania*) e *Brigantium* (o porto da *Gallaecia* Setentrional). Justificou-se assim a construção de duas vias estatais, uma mais antiga, datável da época de Augusto, cruzando a zona Sul do Noroeste Peninsular (Lemos 2000) e a segunda, aberta posteriormente na dinastia dos Flávios, atravessando o coração montanhoso em que convergiam os *conventus* de *Asturica*, *Bracara* e *Lucus* (Lemos 2009). Deste modo estabeleceram-se dois

eixos distintos de circulação entre as referidas urbes, caminhos que, com as suas variantes e ligações transversais, formavam uma poderosa rede estruturante e uma interface abrangente (Lemos 1993 e 2000; Pérez Losada 2000 e 2002; Rodríguez Colmenero *et alii* 2004; Lemos 2009), adaptada ao território e aos aglomerados secundários, sedes de *civitates* e *vici*, bem como aos recursos mineiros (Lemos e Morais 2005).

A zona Norte de Trás-os-Montes Ocidental era atravessada, no sentido Oeste-Leste pela mais antiga das estradas entre *Asturica Augusta* e *Bracara Augusta*, a que passava por *Aquae Flaviae* (Mapa 5). Este eixo também é designado na bibliografia, talvez impropriamente, como Via XVII, por ser esse o número de ordem na edição de 1735 de P. Wessling (Parthey Pinder e Cuntz, Amsterdam) do Itinerário de Antonino<sup>1</sup>. Desde o século XIX, a chamada Via XVII tem sido matéria de sucessivos estudos a que se foram acrescentando novos elementos (Pinheiro 1888; Lopo 1987<sup>2</sup>; Barradas 1956; Mourinho 1977; Lemos 2000; Alarcão 2004). Todavia a cartografia exacta do seu traçado, somente principiou na década de 90 do século XX, tendo sido então apresentado o primeiro mapa à escala 1:25 000 com o percurso da via entre *Aquae Flaviae* e a fronteira luso-espanhola, no rio Maçãs (concelho de Bragança) (Lemos 1993). Já no século XXI, no âmbito do projecto InterregIIIA “Vias Augustas”, os diversos municípios, ao longo dos quais se conserva a via romana, procederam a trabalhos de campo bastante pormenorizados, desde Braga a Bragança. Os resultados foram apresentados em Chaves num Colóquio efectuado em Dezembro de 2004, cujas actas nunca foram publicadas. Deste modo (embora seja necessário recorrer a publicações parcelares, ou a relatórios inéditos, para se obter uma visão completa) o traçado desta via é dos melhores cartografados de todo o Noroeste com as hesitações e pontos de discórdia normais neste tipo de estudos. O trajecto nos concelhos de Braga e Póvoa de Lanhoso foi cartografado por Armandino Cunha e Francisco Sande Lemos; em Vieira do Minho por Luís Fontes e Ana Roriz (2007); em Montalegre por Carla Carvalho (2006); em Boticas por Luís Fontes e Francisco Andrade (2005); em Chaves por Paula Morais (2004); em Macedo de Cavaleiros por Carlos Mendes (2005), coadjuvado por Lúcia Miguel, José Miguel Costa Rodrigues, João Tereso e Helena Barranhão; em Vinhais por Tarcísio Maciel (Maciel e Maciel, 2004) e em Bragança por Clara André (2008).

Entretanto numa recente publicação (Rodríguez Colmenero *et alii* 2004) pode encontrar-se um mapa completo do traçado da Via XVII entre Braga e Bragança, mas com erros flagrantes e de pormenor. A principal preocupação de António Rodríguez Colmenero parece ter sido a de transpor para o terreno as distâncias do Itinerário de Antonino, desprezando a lógica de planeamento da engenharia romana, a geomorfologia e ignorando os dados arqueológicos.

---

1. Era esta edição a utilizada com mais frequência pelos estudiosos portugueses do século XIX supomos. Na Biblioteca de Francisco Martins Sarmento (SMS – Guimarães) há um exemplar (raro) da mesma.

2. Edição de um manuscrito datável da segunda década do séc. XX.

De qualquer modo os sectores mais polémicos situam-se a Oeste e Leste da zona estudada neste livro. Sobre o trajecto no concelho de Montalegre há consenso. Quanto ao traçado em Boticas há propostas distintas em aspectos pontuais sem grande impacto na orientação global da via. Porém a partir de Chaves, embora sobre o traçado Sul haja concordância a mera hipótese de um trajecto a Norte é excluída liminarmente por António Rodríguez Colmenero (Rodríguez Colmenero *et alii* 2004), esquecendo-se dos miliários que anteriormente identificara em Fiães e Bouçães (Rodríguez Colmenero 1997a). Esta problemática foi recentemente discutida por Francisco Sande Lemos (2009), para onde se remete.

Numa perspectiva de macro-escala a primeira via entre *Asturica* e *Bracara Augusta* por *Aquae Flaviae* optou por evitar os extensos e altos maciços montanhosos que se elevam a Ocidente de *Asturica*, dirigindo-se para Sul em linha recta ao longo da Meseta até alcançar um ponto (a Sul da “Sierra de La Culebra”), de onde inflecte, em cotovelo, na direcção do Litoral. Deste modo a partir da Terra de Aliste segue para Sudoeste e Oeste aproveitando os contrafortes menos acidentados das últimas montanhas da Cordilheira Cantábrica e planaltos (antigas superfícies levantadas a diferentes cotas). Cortava, assim, no sentido Leste – Oeste, duas amplas depressões tectónicas, a de Bragança e a de Chaves e cruzava vários rios tributários do Douro, que correm de Norte para Sul (Maçãs; Sabor; Tuela, Rabaçal, Calvos e Tâmega) (Lemos 1993 e 2000; Maciel e Maciel 2004). A par deste trajecto mais a Norte, é consensual que entre Castro de Avelãs e Chaves foi construída uma ampla variante destinada a alcançar os distritos mineiros localizados mais a Sul (como o de Jales – Três Minas) (Lemos 1993; Maciel e Maciel 2004). Para Ocidente de *Aquae Flaviae* a via foi de tal modo bem planeada que percorria um território acidentado (Serra do Leiranque, Planalto de Montalegre, Serra da Cabreira e Serra do Carvalho) sem que todavia fossem necessárias obras de arte, excepto sobre o rio Rabagão (em Codeçoso) e sobre dois dos seus afluentes que drenam os contrafortes setentrionais da Serra da Cabreira (Lemos 2000).

O trajecto da chamada Via XVII manteve-se em uso até ao século XIX, em especial entre Braga e Chaves, pelo que, para além dos miliários, que ainda são abundantes (embora diminuam à medida que nos afastamos de *Bracara Augusta*), conservam-se calçadas, inúmeros topónimos e as populações identificam sem grandes ambiguidades o caminho “romano”.

Conforme já se referiu o traçado no concelho de Montalegre foi cartografado por Carla Carvalho à escala 1:10 000, com base nos orto-fotomapas disponibilizados pela Câmara Municipal de Montalegre. Existiam aliás trabalhos precedentes (Barradas 1956; Baptista 1990), embora sem cartografia. Não há discussões acerca do caminho principal, que foi parcialmente afectado pela albufeira da barragem de Pisões. Neste sector o que está por esclarecer são as localizações de duas *mansiones*, *Praesidio* e *Caladanum* (citadas no Itinerário de Antonino) e as variantes possíveis, conjecturando-se que houvesse duas: uma a

Norte pelo Alto Cávado; e outra a Sul pelos contrafortes meridionais da Serra das Alturas. Considerando a densidade de povoamento, embora faltem os miliários essas duas variantes justificavam-se. Uma delas, a Norte, partia de Vilar de Perdizes dirigia-se para Oeste pelo Alto Cávado e inflectia para Sul, no ponto onde hoje se localiza a Vila de Montalegre, entroncando no eixo principal em S. Vicente da Chã, um *vicus* adiante referido. Sobre a variante Sul pouco se sabe, salvo a proposta de Lerenó Barradas (1956), pelo que será mais prudente esperar por prospecções exaustivas.

O percurso da dita Via XVII no concelho de Boticas, ou seja entre o Alto do Pindo (extremo Oriental do concelho de Montalegre) e a Pastoria (Chaves) tem suscitado dúvidas. As diversas possibilidades foram cuidadosamente avaliadas por Paula Morais e discutidas no terreno com um dos autores (FSL). A hipótese de que a via se terá desdobrado em pequenas variantes no Vale Superior do rio Terva é a mais plausível, devido à circunstância de cruzar uma importante zona mineira. As prospecções no terreno parecem apontar para diversos ramais. Os esforços realizados pela equipa orientada por Luís Fontes e Francisco Andadre (2005) (que cartografaram a estrada romana no concelho de Boticas) e por Paula Morais (2004) que efectuou trabalho idêntico no de Chaves conduziram a resultados que devem ser considerados fiáveis.

A cidade de *Aquae Flaviae* era um importante nó rodoviário, não só pela circunstância de nela passar a Via para *Asturica* mas também porque daí partiam vários caminhos secundários em direcção a Noroeste, Norte e Nordeste, bem como para Sul e Sudeste. Na verdade a rede viária romana não se limitava aos grandes eixos, nem aos caminhos de segunda ordem que ligavam entre si importantes núcleos urbanos secundários do *conventus* bracarense como *Aquae Flaviae*, o *Forum Limicorum* (Xinzo de Lima), a capital dos *Tamacani* (Verín), *Salientibus* (Xinzo da Costa) e *Nemetobriga* (Pobra de Trives). Estes eixos também articulavam, de forma transversal, as Via XVII e VIA NOVA, que nesta área do território bracarense têm um traçado quase paralelo (Caamaño Gesto 1995/96; Pérez Losada 2000 e 2002; Rodríguez Colmenero *et alii* 2004; Lemos 2009). Efectivamente depois de atravessar a Serra do Gerês no sentido Nordeste até alcançar o vale do Lima que transpunha pela Ponte Pedrinha (Durán Fuentes 2005), a *Via Nova* dirigia-se para os contrafortes da Serra de S. Mamede sempre ao longo da margem direita daquele rio, passando pelas *mansiones* de *Aquis Querquernis* e *Geminis* até *Salientibus* (Xinzo da Costa), esta última situada nas cabeceiras do rio Arnóia (afluente do Minho). De *Salientibus* ascendia à referida serra cuja faixa planáltica Norte cruzava até *Nemetobriga* e ao vale do Návea e do Bibeí, limites entre os *conventus* de *Bracara Augusta* e de *Asturica* (Caamaño Gesto 1995/96; Pérez Losada 2000 e 2002; Rodríguez Colmenero *et alii* 2004; Lemos 2009).

Para além destes grandes eixos, temos de incluir na rede viária não só os caminhos secundários, como também os directamente relacionados com os *territoria mettalorum* e as *viae vicinales* que estabeleciam a ligação entre aglomerados secundários. Numa perspectiva de planeamento integrado, obedecendo a uma lógica superior ditada pelo poder

central, o aparente emaranhado de caminhos não foi desenhado ao acaso, nem se formou organicamente (como, mais tarde, a rede viária medieval). Baseava-se numa cuidada análise prévia das condicionantes geomorfológicas, dos recursos económicos e pretendia obter o máximo rendimento da malha viária de modo a que esta suportasse diversas escalas de trajectos e a circulação de pessoas de todos os estatutos, escoando também uma ampla diversidade de bens. A plasticidade da rede viária apoiava-se, por outro lado, numa malha específica de aglomerados: os *vici*, os quais constituíam os nós que evitavam a tendência para uma excessiva multiplicação de pequenas variantes.

Uma descrição minuciosa das vias secundárias da zona em estudo não cabe neste volume. Vamos pois limitar-nos a breves referências, esperando que um dia se faça um trabalho pormenorizado. Embora não se tivesse procedido à cartografia dos caminhos, nem a prospecções intensivas recorreremos quer aos inventários disponíveis, quer aos mapas 1:25 000 da edição antiga dos Serviços Cartográficos do Exército (utensílio indispensável), quer ainda ao conhecimento directo do terreno.

A ligação entre *Aquae Flaviae* e a *mansio* da *Via Nova* designada *Geminis* (Sandiás), passando pelo *Forum Limicorum*, está relativamente bem definida nas suas linhas gerais. Segundo a descrição de Paulo Amaral (1993): “a via que segue para Noroeste assenta na estrada velha de Montalegre, saindo de Chaves pelo Bairro do Telhado, passando pelo Seara, onde se localizam as minas das Barrocas, sendo a vertente da Serra da Olga transposta pela Calçada do Facho (Cat. B n.º 17), dirigindo-se para S. Caetano onde inflecte para Soutelinho da Raia para continuar até Vilar de Perdizes, já em Montalegre”. Relacionados com esta via destacam-se dois *vici* adiante descritos com mais pormenor, situados nos termos de Soutelinho da Raia e de Vilar de Perdizes. Deste local a via continuava para Norte por um percurso, em que coincidem António Rodríguez Colmenero *et alii* (2004) e Fermín Perez Losada (2002), ao longo do sopé Oriental da Serra do Larouco, pelos termos de Xironda, Saceda, Lucenza, inflectindo depois para Xinzo de Lima (presumível capital dos *Limici*). Daqui prosseguia até *Geminis* (Sandiás), já na margem direita da Lagoa da Antela (nascentes do Lima). Deve acrescentar-se que a partir de *Geminis* outro ramal orientado Sul-Norte permitia alcançar *Auria* (Ourense). Ao longo do Alto Império esta via secundária adquiriu uma importância crescente tanto mais que ligava directamente duas cidades com relevante influência regional no âmbito do *conventus* de *Bracara Augusta*, *Aquae Flaviae* e *Auria*, de resto urbes “mineiras”. Estabeleceu-se, assim, uma dinâmica faixa interior de circulação de pessoas e bens, criando-se um espaço próprio na fronteira Leste e Nordeste do *conventus* de *Bracara Augusta*. Como se sabe o único bispo de Chaves conhecido, Hidácio, era natural da *civitas* dos *Limici*. Deste caminho partiam sucessivos ramos ligando os aglomerados populacionais romanos existentes nas bacias hidrográficas do Tâmega, Búbal, Lima e Arnóia.

Para Norte de *Aquae Flaviae* destaca-se outro caminho secundário que passava pela zona mineira de Outeiro Seco e por Vilarelho da Raia, em cujo termo conservam-se os ves-

tígios de um *vicus*, designado Vale da Ermida (Teixeira 1996; Alarcão 2004). Continuando sempre para Norte, ao longo da margem direita do rio Tâmega, cruzava os termos das aldeias de Sao Cibrao de Oimbra, Oimbra e O Rosal até alcançar Verín. Por sua vez ao longo da margem oposta, também até Verín, estendia-se uma outra via secundária que partia de *Aquae Flaviae*, passando pelos termos das aldeias de Vila Verde da Raia, Alto da Roseira, Feces de Abajo, Tamaguelos e Tamagos. Admite-se que em Vila Verde da Raia, onde foi descoberta uma ara a Júpiter (Teixeira 1996), haveria um *vicus*.

Considerando a proximidade entre *Aquae Flaviae* e Verín, capital dos *Tamacani*, não surpreende a existência de dois percursos paralelos, tanto mais que o leito do Tâmega é bastante caudaloso nos invernos de maior pluviosidade, provocando inundações. A partir de Verín existia uma única via que se serpenteava ao longo das cabeceiras do Tâmega, até transpor a portela que dividia as águas deste rio das do Lima, dirigindo-se depois para a *mansio Salientibus* (Xinzo da Costa).

Ao longo desta via, em especial na zona a Norte de Verín, existem numerosas minas de estanho (Pérez Losada 2002). Os vestígios que se destacam correspondem, na generalidade, a explorações da Idade Moderna, ou mesmo mais recentes, mas observam-se indícios de cortas romanas. A maioria destas foi certamente obliterada pelos trabalhos mineiros posteriores da Idade Contemporânea, como também se verificou em Ervedosa (Vinhais) ou Portelo (Bragança) (Lemos 1993). Na zona próxima de *Salientibus* são numerosos e amplos os vestígios da actividade mineira aurífera (Sánchez-Palência 2000).

Outro eixo rodoviário transversal dirigia-se de Chaves para Noroeste, tendo adquirido relevância maior em especial durante o Alto Império, no momento pleno da actividade mineira. Ligava *Aquae Flaviae* a *Nemetobriga* e ao *Forum Gigurrorum*, *mansiones* da *Via Nova*, tal como já se referiu. Em traços gerais dirigia-se de *Aquae Flaviae* para Nordeste. Seguia por Lamadarcos (onde poderá ter existido um *vicus* viário), Feces de Acima, Vilar de Cervos, Vilar de Vós, subindo a Sao Lourenzo e depois a Gudiña. Não era pois forçoso que passasse pelo núcleo urbano de Verín, embora seja possível que daí saísse um ramal para Oriente (Pérez Losada 2002). De Gudiña continuava para Norte entre as Serras de Queixa e do Eixe, por Terras de Viana de Bolo, por um trajecto que talvez não diferisse muito da actual OU533. Deste modo atravessava um território com abundantes minas romanas auríferas e onde existia uma rede de povoamento romano, inventariada por Manuel Xusto Rodríguez (1993). Entroncava na *Via Nova* antes da ponte da Ponte de Cigarrosa. Para Oeste ficava a *mansio Nemetobriga*, bastando cruzar os vales do Bibei e do Návea, pelas pontes que ainda subsistem (Durán Fuentes 2005). *Nemetobriga* localizava-se em Probra de Trives, provavelmente na zona a Norte do actual aglomerado habitacional, no sítio da Igreja (Rodríguez Colmenero *et alii* 2004), onde aliás se conservam vestígios da *Via Nova* (observação no terreno de FSL). Para Leste da Ponte de Cigarrosa, a pouca distância localizava-se a *mansio* designada como *Forum Gigurrorum*, que segundo alguns investigadores corresponde ao aglomerado de A Rúa (Rodríguez Colmenero *et alii* 2004) e



segundo outros (Pérez Losada 2002) a Pobra de Valdeorras hipótese que, depois de várias deslocações à zona (FSL) se considera como mais verosímel, devido à centralidade do lugar neste sector do Vale do Sil.

De acordo com Alain Tranoy (1981) o limite da jurisdição do *conventus* de *Bracara Augusta* passava pela Serra da Queixa. Outra hipótese, mais lógica do ponto de vista geomorfológico, seria desenhar esse limite pela Serra do Eixe e da Secundera, relevos proeminentes que definem um vazio de povoamento que prossegue para Sul pela Serra da Coroa. De qualquer modo seria uma faixa de fronteira. O núcleo urbano regional mais próximo das minas auríferas romanas da Terra de Bolo era *Aquae Flaviae*.

Pouco se pode afirmar acerca de uma eventual via de *Aquae Flaviae* para Sudoeste, ao longo do Tâmega, devido à falta de dados e também porque seria um caminho difícil, eventualmente apenas transitável nos meses mais secos, pois o vale é muito profundo com afluentes que cortam ravinas com pendores muito acentuados.

No sentido Sul admite-se uma ligação ao vale do Douro, pelo fundo da depressão Verín-Régua. Segundo Ricardo Teixeira (1996) esse caminho partia «da ponte romana sobre o Tâmega, passaria junto ao Campo da Roda, onde apareceram duas aras (Catál.: n.º 516), dirigindo-se a Outeiro Jusão onde se registaram uma ara dedicada a Ísis e uma estela funerária de um Liberto (Catál.: n.º 513). Antes de atingir Outeiro Jusão, ainda na Veiga, a estrada passava junto da Quinta do Pinheiro, importante estação romana com a qual poderão estar relacionadas as epígrafes anteriores (Catál.: n.º 514). Antes de chegar a Redial, onde se detectou também um povoado (Catál.: n.º 544), a via passava perto de outro habitat romano onde surgiu uma ara dedicada a Baco – Parada (Catál.: n.º 511). Daqui até Oura a estrada encaminhava-se por Fornos e Vila Verde, atravessando uma área em que não se detectaram, por enquanto, quaisquer vestígios de habitats de época romana. Estamos de facto convencidos que este vazio poderá ser eliminado através da intensificação das prospecções. Esta zona apresenta um potencial agrícola elevado que por certo não terá sido desperdiçado. A notícia da descoberta de um denário de César em Vila Verde (Catál.: n.º 700), em circunstâncias que desconhecemos, abre porém boas perspectivas nesse sentido. De Oura a via dirigia-se depois a Vila Pouca de Aguiar, seguindo por Pedras Salgadas e Cidadelhe».

O percurso subsequente seria pela Veiga de Vila Pouca de Aguiar e depois pelo vale do Corgo. Deve-se, no entanto, referir que o Vale do Corgo é uma zona muito acidentada, com profundos talwegues, que exigiam sucessivas obras de arte, tanto mais que os cursos de água que haveria de cruzar drenam as vertentes ocidentais da serra do Alvão, em que a pluviosidade atinge 1200 mm e, no lado oposto, a Serra da Falperra, não menos imponente. Observam-se troços de uma calçada existente ao longo da margem direita do rio Corgo, bem como de uma ponte erguida sobre um seu tributário. Estes elementos são, talvez, os testemunhos de uma via, estabelecida já no período medieval e que ligava o novo centro urbano de Vila Real, fundado na Baixa Idade Média, e que passou a ser a cabeça da área da

antiga Terra de Panóias, à Terra de Aguiar e a Chaves, outras duas entidades territoriais do período medieval.

A propósito da existência desta via entre *Aquae Flaviae* e o vale do Douro refere-se a descoberta em Constantim, de um miliário do imperador Trajano. A notícia deste achado foi extraída de um manuscrito de João de Barros, por Emílio Hübner (CIL 4797). Mas, na verdade, na obra impressa do erudito quinhentista não consta qualquer referência a um miliário no termo de Vila Real. Por outro lado, a especificação de Constantim, como lugar de proveniência do miliário, parece decorrer de um erro de Russel Cortez (1947), que leu mal a correspondência trocada entre Martins Sarmiento e o epigrafista alemão. A epígrafe de Constantim, citada por Russel Cortez será, talvez, uma estela funerária, peça que deu entrada no acervo do Museu de Guimarães, em 1888 (Cardozo 1985).

Independentemente do achado, ou não, de um miliário oriundo do termo de Vila Real, julgamos que o posicionamento de Constantim de Panóias é central pelo que se admite que terá sido, pelo menos, um *vicus* com funções de *mansio*, ou uma *mansio*, com estatuto de *vicus*, senão talvez mesmo sede de uma *civitas* (Cortez 1947; Alarcão 1995-96; Lemos 2004b). No caso vertente seria a capital dos Lapíteas se é que esta designação indica uma etnia, o que é discutível (Guerra 1998). Assim a via secundária passava forçosamente por este local. Aliás o posicionamento de uma *mansio* neste ponto justificaria a presença temporária no local de uma personagem tão importante que reorganizou um culto indígena previamente existente (Alföldy 1995, 1997 e 2002). De qualquer modo segundo FSL a ligação entre *Aquae Flaviae* e Lamego, seguia um trajecto mais a poente, pelo interior da Serra da Padrela (até atingir as cabeceiras do rio Tinhela) e descendo para o Douro pelo vale superior do rio Pinhão (afluente directo daquele rio) e bacia hidográfica do Tanha (que desagua no Corgo, poucos quilómetros antes da foz deste último, junto a Peso da Régua) (Lemos 2004b).

De facto para Sudeste em direcção ao *territorium mettalorum* com centro em Três-Minas/Jales era indispensável que existisse um caminho secundário. De acordo com a geomorfologia, admitindo que a via procurava fugir a oscilações de cota e aos profundos talvegues, que oneravam a construção com calçadas e obras de arte, entende-se que o trajecto mais provável seria o seguinte a partir de Chaves: subia à serra da Padrela, por Samiões, Sesmil, Lagarelhos, Santa Leocádia. Junto à aldeia de Sesmil conservam-se os vestígios de um povoado, designado Cruz, o qual, de acordo com a descrição de Ricardo Teixeira (1996), poderia ser uma *mansio*. A distância entre Cruz de Sesmil e *Aquae Flaviae* é aproximadamente 6 km, em linha recta, mas se contarmos com um caminho sinuoso o valor real será maior. Entre Sesmil e Santa Leocádia a distância é maior: cerca de, pelo menos, 8 km. Em Santa Leocádia foi registado um troço de muro romano, cortado pela implantação da igreja românica, observando-se a Oeste, nos campos adjacentes, numerosos fragmentos de cerâmica comum romana, numa extensa área (Lemos 2003). De Santa Leocádia a via continuava para Sul, por Vilarinho do Monte (a Norte) e Junqueira, até alcançar Padrela, pas-

sando junto ao Alto da Cerca (Lemos 1993 e 2004b). Contornava assim pelo lado Nascente os patamares mais elevados da Serra da Padrela. Seguia, depois entre as cabeceiras das linhas de água que separam as bacias hidrográficas dos rios Tinhela e Curros, dois cursos que entalham as superfícies xistosas até ao coração da zona mineira.

Aliás, a partir do *territorium metallorum* de Três Minas/Jales deve admitir-se a existência de dois caminhos distintos. O que acabámos de descrever de forma sucinta e outro que cruzava a Serra da Padrela na direcção Noroeste, entroncando na Via XVII, um pouco abaixo da aldeia de S. Julião. Estes dois traçados são meramente hipotéticos, deduzidos da observação do terreno e das cartas 1:25 000, exigindo mais trabalho de campo. Sugeriu-se (Lemos 1993) que o ouro produzido no Vale Superior do Tinhela seria encaminhado por este segundo caminho até à Via dita XVII. Tendo em conta a centralidade de *Aquae Flaviae*, é possível suscitar uma outra hipótese: a do metal ser escoado para esta última cidade de onde seguia para Roma, estando em aberto tanto a hipótese marítima como a continental.

Ao todo convergiam em *Aquae Flaviae* oito *viae*, uma das quais principal e as restantes secundárias. Não é possível neste texto descrever o modo como se articulava toda esta rede com restantes vias, que ligavam entre si os *vici* e as *villae* (por exemplo) e que formavam uma malha mais fina. Constitui assunto para um projecto de investigação específico. O que importa sublinhar é a densidade de caminhos, principais, secundários e terciários, circunstância que decorre do posicionamento geográfico da área em análise bem como também dos seus recursos, mas que por sua vez terá dinamizado a região. Não nos deve pois surpreender a quantidade de *civitates* enumerada no chamado Padrão dos Povos (Tranoy 1981; Rodríguez Colmenero 1997a; Fonte 2006). O contributo de todas estas *civitates* para a ponte erigida sobre o rio Tâmega, simboliza o impacto da rede viária no processo de integração territorial sob a tutela do Império. Aliás todas elas eram servidas pelos eixos transversais supracitados e que ligavam as duas grandes vias entre *Bracara* e *Asturica*, sendo *Aquae Flaviae* o ponto central ordenador. Será este o motivo da sua referência no Padrão dos Povos. Considera-se pouco provável a hipótese (Fonte 2006) segundo a qual inclusão dessas *civitates* na supracitada epígrafe poderia indicar que eram tuteladas por *Aquae Flaviae*. Na verdade a sede conventual, onde se derimiam os conflitos era *Bracara Augusta* e não dispomos de dados que indiquem que tal poder tenha sido delegado. Os elementos relativos à rede viária são indicadores significativos mas não podem ser extrapolados para outros domínios, como a esfera jurídica.

Para além destes caminhos secundários, alguns dos quais assinalados com miliários (Rodríguez Colmenero *et alii* 2004) ou servidos por obras de arte (implicando pois um investimento estatal ou colectivo de várias *civitates*), para se entender a complexidade estrutural da rede viária importa referir variantes de pequena extensão, normalmente associados aos grandes eixos ou ligando caminhos principais e secundários. Não sendo possível neste texto apresentar um inventário de todas, o que aliás exigia um trabalho de campo adicional, destacamos um *diverticulum* na Via XVII (trajecto Norte) relacionado com um

pequeno grupo de *vici*, povoados abertos e povoados mineiros. Assim, tanto quanto se pode deduzir da análise do povoamento na zona a Nordeste da urbe flaviana, é possível sugerir um caminho que partia da via entre *Aquae Flaviae* e a sede dos *Tamacani* (pela margem esquerda) dirigindo-se para Leste. Este *diverticulum* servia os *vici* de António de Monforte, os sítios de Calvário (Mairos), Amedo (Paradela de Monforte), Pardieiros (Travancas), Cimo de Vila de Castanheira e Cabeço (Sanfins) (castros romanizados) e Cabeço de Polide (Sanfins) (Teixeira 1996). Esta variante terminava no *vicus* de Fetais (Tortomil), situado no trajecto da Via XVII (Lemos 1993; Teixeira 1996). Na zona de Cimo de Vila de Castanheira, é possível que um caminho específico se dirigisse para o Castelo do Mau Vizinho, um importante santuário limítrofe das *civitas* e do *conventus* bracarense.

#### 4. AS CIVITATES (Mapa 2)

Embora a delimitação das *civitates* fosse um aspecto essencial da política romana (Orejas *et alii* 2000) nem sempre é possível, seja através das fontes documentais seja com base nos dados arqueológicos, estabelecer as sedes e os perímetros das *civitates*, salvo quando o enquadramento geomorfológico é evidente (caso dos *Coelerni*, *Querquerni*, *Limici*, *Interamici* e *Tamacani*) (Pérez Losada 2002; Rodríguez Colmenero *et alii* 2004), o que aliás facilitava o exercício do poder imperial.

Na zona em causa apenas se sabe que *Aquae Flaviae* terá sido uma importante sede de *civitas*, tendo adquirido o estatuto de município. O nome da nova cidade em nada esclarece sobre o povo que ocupava a zona antes do ordenamento operado pelo poder romano. Alguns autores sugeriram que essa suposta entidade étnica seriam os *Turodi*, um dos *populi* citados por Plínio (Tranoy 1981; Alarcão 1995-96; Fonte 2006). Porém não há dados epigráficos ou arqueológicos que confirmem essa hipótese. Colocando de lado a metodologia tradicional de equivalência entre os *populi* e as *civitates*, é mais lógico admitir-se que *Aquas* foi fundada num ponto central, cruzamento obrigatório de eixos de circulação e onde existiam águas termais (Fonte 2009). Teve funções de *mansio* da via entre *Asturica* e *Bracara*. Na sequência desta primeira função e do seu posicionamento estratégico central, no coração de uma vasta zona mineira, terá agregado o território de diversos *populi*, incluindo a totalidade do espaço dos *Turodi* e dos *Caladuni* bem como a zona Sul dos *Tamacani*. Este programa de ordenamento terá sido projectado, ainda no tempo de Augusto ou de Tibério, tendo como base um lugar neutro, pré-romano, congregador de vários *populi* e comunidades (Fonte 2009) tal como ocorreu com *Bracara Augusta* (Lemos 2007/08).

Para elucidar este aspecto seria necessário aprofundar o estudo de *Aquae Flaviae*, de acordo com um projecto científico sistemático.

Em Chaves já se realizaram inúmeras escavações (Rodríguez Colmenero 1997b; Carneiro 2005, Silva *et alii* 2006/07) sucedendo-se as descobertas que comprovam a importância regional da cidade na época romana, tanto no Alto como no Baixo Império. Parece inequívoco que a urbe foi erigida de acordo com um modelo hipodâmico que aliás se observa perfeitamente nas imagens aéreas. Não há porém certezas sobre a data em que principiou a concretizar-se o programa da nova cidade. O registo de um canto de rua ou *insula*, no Largo do Município (a Leste da Rua dos Açougues), parece ser esclarecedor. Tanto pelas características construtivas, como pela imponência, é em tudo semelhante aos que têm sido identificados em vários locais de *Bracara Augusta* (Martins 2000), designadamente em Santo António das Travessas (Lemos e Leite 2000). Nesta cidade esses cantos graníticos que marcaram a trama urbana antes de ter sido iniciada a construção dos módulos, foram datados da época de Augusto (Martins 2000 e 2009).

Tendo em conta que o programa de construção das urbes do Noroeste principiou na época de Augusto (Martins 2000 e 2009; Morais 2005; Rodríguez Colmenero e Covadonga Carreño 1999; García Marcos e Vidal Encinas 1996) por um lado e por outro a relevância de *Aquae Flaviae*, unanimemente reconhecida, entende-se que a hipótese mais credível é que a cidade tenha sido projectada logo na fase inicial da organização política administrativa, após a conquista. Por todos os motivos: núcleo rodoviário central a meio caminho entre *Asturica* e *Bracara* e ligando vários corredores naturais (Fonte 2009); fertilidade dos solos da Veiga; águas termais de grande qualidade; posição estratégica relativamente a diversos *territoria mettalorum* (Lemos e Martins 2008); ponto mais lógico para assentamento dos engenheiros romanos e pessoal responsáveis pela construção da Via XVII entre Chaves e Codeçoso (para Oeste) e para Leste até ao Rio Tuela (pelo menos); e finalmente por já ser um lugar simbólico na Proto-História (Fonte 2009). Considerando o local, a data e o teor da *Tabula* de Bembibre (Grau Lobo 2000) é evidente que Augusto e os seus colaboradores conheciam bem o Noroeste e estavam a projectar um amplo processo de organização do território conquistado.

O posterior qualificativo de *Flavia* apenas indica que foi concedido à cidade o estatuto de município na segunda metade do século I, não para reforçar uma dinâmica já existente, mas como reconhecimento de uma autonomia *de facto*.

Os limites do território da *civitas* de *Aquae Flaviae* colocam muitas interrogações. A veiga de Chaves seria o núcleo central, que se estendia para Norte até ao vale superior do Tâmega (espaço dos *Tamacani*). Para Ocidente incluía os vales dos rios Terva, Beça, Alto e Médio Rabagão, bem como as serras do Leiranque e das Alturas, e, ainda, os contrafortes setentrionais do Larouco e o Planalto da Mourela (fronteira como os *Limici* e os *Querquerni*). Para Sul alargava-se pela veiga de Vila Pouca de Aguiar e integrava a Serra da Padrela. A Oriente abrangia a Cota de Mairos, a Serra da Brunheira, os planaltos de Monforte-Fiães, Carrazedo de Montenegro e Jou, face a uma *civitas* cujo nome se desconhece, mas que teria sede ou em *Pinetum* ou em S. Juzenda. Ou seja um vasto espaço, mas que

englobava vários *territoria mettalorum* autónomos, desconhecendo-se se a sua gestão estaria centralizada em *Aquae Flaviae*.

Como se infere dos miliários descobertos em Codeçoso, ou seja na zona onde actualmente termina Trás-os-Montes e principia o Minho, a influência de *Aquae Flaviae* estendia-se muito para Ocidente até ao ponto onde principia o “cayon” final do rio Rabagão. Normalmente consideram-se esses marcos como indicadores da área sob tutela de *Aquae Flaviae*. Diversos autores têm procurado encontrar na zona do Barroso a sede de uma *civitas* que seria o espaço dos *Caladuni* (Alarcão 2004). Não há convergência entre as diversas hipóteses, nem dados epigráficos (os *Caladuni* não citados no “Padrão dos Povos”) ou arqueológicos seguros. Por outro lado a hipótese dos *Equaesii* terem ocupado a zona do Barroso, com sede no Outeiro Lesenho (Alarcão 2004; Fonte 2006) também é meramente especulativa. Outra possibilidade tão plausível como a primeira seria a de terem ocupado o médio vale do Tâmega, uma área muito extensa e importante quer na Proto-História quer na época romana.

Não há motivo para não estender para Ocidente o limite da *civitas* de *Aquae Flaviae*, abandonando-se de uma vez por todas a ideia da *civitas* dos *Caladuni*, que a ter existido talvez fosse efémera.

No lado oposto os primeiros miliários da Via XVII com o nome de *Bracara* encontram-se em Vilarandelo (Lemos 1993; Rodríguez Colmenero *et alii* 2004)<sup>3</sup>. Assim deduz-se que a área de influência da *civitas* se estendia até esse ponto, embora o epigrafista António Rodríguez Colmenero (1997a) tenha lido na transcrição por Távora e Abreu de um miliário (actualmente desaparecido) de Lama de Ouriço, a abreviatura BRA (CARA). A estar certa tal leitura seria necessário restringir mais para Ocidente o limite de *Aquae Flaviae*. Na verdade, conforme já se esclareceu (Lemos 1993) e aliás é claro no próprio manuscrito as palavras são BRN (*Bono Republica Nato*). A fronteira Leste assinalada pelos marcos corresponde a um limite geomorfológico e ambiental bem definido (entre Trás-os-Montes Ocidental e Oriental, entre a Terra Fria e a Terra Quente) (Lemos 1993).

Pode argumentar-se contra questionando a amplitude da *civitas*. Convém no entanto não esquecer que no interior do espaço sob sua jurisdição (ou contíguo) existiam vários territórios mineiros autónomos como o de Jales/Três Minas (que seria preferível designar como Vale Superior do Tinhela) e o do Vale Superior do Terva (Lemos e Meireles 2006; Martins 2008). Terá assim havido uma equivalência entre a dimensão da *civitas* delimitada pela autoridade romana, relevância geo-estratégica e actividade mineira.

---

3. E não em Vale de Telhas (2006).

## 5. OS POVOADOS (Mapa 5)

### 5.1. O abandono dos castros

O quadro do povoamento da época romana é bastante complexo na zona em análise, o que não é surpreendente. Os inventários acessíveis, embora assinalem numerosos sítios, poderiam ter ido mais longe, ensaiando classificações tipológicas padronizadas. O de Montalegre (Fontes 1992) precisa de ser actualizado. O “ratio” entre os sítios registados, a área e recursos do concelho deveria ser maior. Uma revisão exaustiva do material informativo existente, do qual apenas parte está publicado, constitui por si mesmo tema para uma ou duas dissertações de doutoramento. Entretanto é possível, com base nos dados disponíveis, referir as linhas principais das mudanças ocorridas e apontar os principais modelos de assentamentos.

O castro deixa de ser o tipo de *habitat* predominante, tanto em Terras de Barroso como na zona de Chaves. A generalidade dos povoados fortificados parece não ter persistido, de acordo pelo menos com os indicadores das prospecções de superfície. O número de castros “romanizados” do concelho de Chaves é limitado e circunscrito, conforme se deduz dos trabalhos de Paulo Amaral (1993) e Ricardo Teixeira (1996). Mais de metade dos castros, 33 num total de 50, não apresenta vestígios de romanização. Em relação aos 17 restantes Ricardo Teixeira (1996) é prudente, reconhecendo que, na generalidade, o termo romanizado fundamenta-se na ocorrência de fragmentos de *tegulae*, *imbrices* ou cerâmica comum. No que diz respeito aos castros com evidentes sinais de continuidade admite a sua persistência devido à circunstância de ficarem na proximidade de eixos viários, designadamente da Via XVII (Teixeira, 1996). Ou seja *habitats* que mantiveram um certo grau de atractividade não por razões intrínsecas mas sim por terem sido facilmente integrados no ordenamento territorial romano. Também em Boticas a percentagem de povoados com vestígios de romanização é pequena. O inventário mais recente (Fontes e Andrade 2005) contabilizou 21 castros, mas apenas se registam indícios de romanização em 8, ou seja uma percentagem quase equivalente à do concelho de Chaves. No povoado central, no Outeiro Lesenho (Boticas) os indícios de romanização são escassos. Para o concelho de Montalegre não dispomos de valores seguros, mas pelo que se infere das prospecções realizadas o panorama é idêntico. Conservam-se 45 povoados fortificados dos quais 8 com vestígios de ocupação da época romana. Na verdade alguns dos castros de maior relevância como os de São Vicente da Chã (Montalegre) e de Pedrário (Montalegre) não apresentam vestígios de romanização, tanto quanto se pode deduzir das prospecções de superfície.

Em Trás-os-Montes Oriental dos 218 castros inventariados em apenas 86 se registam indícios de romanização, em geral ténues (Lemos 1993).

Terá assim havido, tal como noutras zonas da *Callaecia* meridional, um reordenamento planeado do *habitat*, que se processou num quadro de uma a duas gerações. Multi-

plicaram-se os novos povoados, parte deles relacionados com a rede viária em especial com a Via dita XVII, outros com a mineração e com o aproveitamento especializado de condições favoráveis à agricultura e pecuária. Nas zonas em que o caminho entre *Bracara e Asturica* atravessa zonas mineiras, poderá ter havido uma dupla funcionalidade.

## 5.2. Os *vici*

### 5.2.1. Em relação com a Via XVII

A interpretação dos locais que foram *vici* é decisiva na análise das paisagens antigas. Três critérios podem ser utilizados. O contexto territorial; a área de dispersão dos vestígios; a ocorrência de epigrafia votiva, designadamente, de aras dedicadas a Júpiter ou a uma divindade indígena tutelar como por exemplo Larouco. Como é óbvio a descoberta de inscrições em que são referidos os *vicani* esclarece, em definitivo, o estatuto do povoado.

No actual Barroso, no eixo da chamada Via XVII destacam-se como dois possíveis *vici*, os povoados de São Vicente da Chã e o de Sapelos.

O caso de S. Vicente da Chã é muito interessante. Na aldeia foi descoberta uma ara a Júpiter dedicada por um cavaleiro (*equites*), provavelmente um magistrado da *vicus* (Carvalho e Encarnação 2006). O povoado da época romana coincidia com a zona da actual aldeia, que aliás fica junto ao traçado da via entre *Bracara e Asturica*. A Sudeste de S. Vicente da Chã situa-se o castro homónimo, pelo que a deslocação dos habitantes para um novo assentamento situado a pouca distância (menos de um quilómetro) será um exemplo típico da influência da abertura de um importante eixo viário. No contexto do espaço que podemos designar como Alto Rabagão, o *vicus* ficava num ponto central, com um amplo domínio visual sobre a envolvente, cortado a Sul pela Serra das Alturas do Barroso e a Norte pelas cumeadas que dividem os rios Rabagão e Cávado. Os terrenos adjacentes são os melhores para as culturas do sequeiro, nas encostas mais elevadas, e pecuário nas vertentes mais húmidas, ao longo dos cursos de água. Finalmente é interessante referir que este *vicus* ficava a meio da distância do trajecto da via entre o Baixo Rabagão e o Alto do Pindo, local onde o caminho romano desce do planalto de Montalegre para o vale superior do Terva.

Outro *vicus* ficava no termo de Sapelos (Boticas). Efectivamente na igreja desta aldeia foi descoberta uma ara a Júpiter. Não foram identificados terrenos com fragmentos de olaria, mas é de supor que o aglomerado tenha mantido o mesmo posicionamento ao longo dos séculos. Na verdade, numa perspectiva de análise territorial é o ponto mais adequado para a fundação de um *vicus*, por três motivos: enquadramento geomorfológico (portela entre a bacia do Terva e a do Tâmega); local de passagem da Via XVII; proximidade em relação a pelo menos dois povoados proto-históricos.

No percurso da via a Leste de *Aquave Flaviae* podem ainda ser referidos como *vici* diversos locais, designadamente Casarelhos, um povoado aberto situado próximo da



povoação de Águas Frias, não só devido à superfície de dispersão de material, cerca de 5 hectares, como também ao facto de ter sido descoberta uma ara a Júpiter numa capela vizinha (Teixeira 1996). A distância entre *Aquae Flaviae* e Vale de Ermida é de cerca de 10 a 12 km, o que está dentro dos parâmetros apurados na *Via Nova* (trajecto entre *Bracara* e a Portela do Homem) para os aglomerados classificáveis como *mansiones* (Lemos 2009). Fica próximo do trajecto da variante Norte da Via XVII pelo que terá sido um *vicus* viário localizado no extremo limite Ocidental do Planalto de Monforte-Fiães. Mais adiante, a uma distância de cerca de 4 km regista-se outro *vicus*, no termo de Bobadela de Monforte, conforme se deduz dos elementos descritivos que constam do trabalho de Ricardo Teixeira (1996).

Mais para Leste (distância cerca de 6 km) ficava o *Vicus Vagornica* (povoado de Muradellas, Fiães, Valpaços) conhecido pela epigrafia e por achados arqueológicos diversos (Lemos 1993; Teixeira 1996). No outro extremo do Planalto existiria outro *vicus* que provavelmente se situava no local designado como Senhora da Ribeira de Lampaça, sobranceiro ao vale do Rio Rabaçal (Lemos 1993). Entre Casarelhos e Fiães regista-se uma distância de 8 km e da última localidade à Senhora da Ribeira de Lampaça, cerca de 6 km.

### 5.2.2. *Vici* relacionados com a rede viária secundária

Em articulação com o caminho *Aquae Flaviae – Geminis* destaca-se, em Vilar de Perdizes, o local da Penha Escrita, onde foram encontradas duas aras, uma dedicada a Júpiter e outra a Larouco (Rodríguez Colmenero 1997a). No penedo observam-se os negativos escavados na rocha de um edifício, provavelmente um pequeno templo. Nos terrenos em redor distinguem-se materiais da época romana, bem como nos campos designados por Veiga e na envolvente da capela da Senhora da Saúde, o que sugere uma ampla superfície de distribuição. Estaria o santuário no centro do aglomerado ou estaria isolado, entre dois núcleos (Veiga e Senhora da Saúde)? Outra hipótese: o *vicus* localizava-se no local onde fica a aldeia de Vilar de Perdizes. De qualquer modo é estranho que neste último aglomerado nunca tenham sido encontradas ruínas de construções romanas, pormenor que não teria passado despercebido ao Padre Fontes. Será necessário proceder a prospecções intensivas nos dois locais a fim de se esclarecer esta pendência.

Vale da Ermida (freguesia de Vilarelho da Raia) e Vilarinho da Raia quase situados no mesmo paralelo, são sítios que se articulavam com os dois caminhos que se dirigiam para Norte para Verín, um pela margem direita e o outro pela margem oposta e que já descrevemos de forma muito breve. Vale da Ermida é um povoado aberto com cerca de 5 hectares (Teixeira 1996). Na igreja matriz de Vilarelho da Raia foram assinaladas duas aras a Júpiter (Teixeira 1996). Sendo verdade que no termo de Vilarelho existem outros *habitats*, a sua superfície é menor pelo que se pode admitir que as aras provenham de Vale de Ermida, lugar central. Quanto a Vilarinho da Raia não foi identificado o *habitat* mas na igreja conserva-se uma inscrição a Júpiter. A distância de Vilarelho a Chaves é de cerca de 12 km enquanto que a de Vilarinho é menor, 7 km.

Tróia (Lamadarcos, Chaves), povoado articulável com o caminho que ligava *Aquae Flaviae* ao Vale do Sil, poderá ter sido um *vicus*. Com este presumível *vicus* deverá estar relacionada a ara a Júpiter que se encontra na igreja matriz de Lamadarcos (Teixeira 1996).

Um aspecto interessante a sublinhar é que enquanto alguns destes *vici* podem ser relacionados com povoados fortificados adjacentes ou próximos, casos de S. Vicente da Chã e de S. Sebastião de Cimo da Vila de Castanheiro, já não há vínculo directo com castros nos *vici* de Fiães ou de Vilar de Perdizes. Este último poderá ter agregado populações oriundas dos castros de Pedrário, da Mina e de Grou.

A área de dispersão de materiais é variável. Para o *vicus* de Fiães Ricardo Teixeira (1996) calculou uma área de 7 hectares. O de Casarelhos (Águas Frias) teria uma superfície de 4 hectares (Teixeira 1996). Porém não é fácil de calcular estas áreas, sem trabalhos pormenorizados, pois os valores apurados dependem da época do ano, dos trabalhos agrícolas, da proximidade em relação a núcleos actualmente habitados. Um valor médio de 5 hectares pode ser considerado como aceitável.

### 5.3. As *villae*

Num contexto de exploração intensiva dos recursos e considerando a proximidade em relação a um destacado núcleo urbano, *Aquae Flaviae*, não surpreende que tenha sido estabelecida na veiga de Chaves uma rede de *villae*, em especial na zona periférica da cidade romana. Assim tal como em redor de *Bracara Augusta* (Lemos 2001) existiriam vários círculos de *villae*, o primeiro dos quais seria na faixa suburbana. Por exemplo a Granjinha terá sido uma dessas *villae* suburbanas com uma ocupação que se estende entre o século I e a Antiguidade Tardia (Lemos 1986/1987). Porém a partir de uma certa distância em relação a *Aquae Flaviae*, os *vici* assumiram uma relevância maior e alguns dos povoados na área de influência desses *vici* seriam talvez pequenas aldeias. No estudo do Médio Vale do Cávado, Manuela Martins (1989/90) considerou que as *villae* do Alto Império estavam associadas à rede viária, enquanto que as do Baixo Império se distribuíam de acordo com as bacias hidrográficas. No caso de *Aquae Flaviae* não parece ser assim. De facto a cartografia das *villae* articula-se com o vale do Tâmega. O traçado da Via XVII e mesmo dos caminhos secundários não parece ter influenciado a implantação de explorações agrícolas. De um modo geral as *villae* do aro flaviano foram fundadas no Alto Império (Amaral 1993; Teixeira 1996) e parecem ter persistido até à Antiguidade Tardia, de acordo com os resultados de sondagens (Lemos 1986/87) ou de prospecções. É muito interessante a cronologia alto-imperial da generalidade dos assentamentos, tanto *vici* e povoados mineiros, como *villae* e casais. De facto, apesar das raras sondagens efectuadas, quer a epigrafia, quer as recolhas de material cerâmico de superfície – prospecções de Paulo Amaral (1993) e Ricardo Teixeira (1996) – não deixam margens para dúvidas. Verifica-se uma ocorrência sistemática de Terra Sigillata Hispânica Alto Imperial (segunda metade do séc. I) mesmo em locais clas-

sificados como casais. Também no estudo realizado em Trás-os-Montes Oriental (Lemos 1993; Cruz 2000) se registou a abundância de fragmentos de TSH datável do Alto Império. De acordo com Ricardo Teixeira (1996): “dos 5 locais onde se recolheram sigillatas sud-Gálicas, 4 correspondem a prováveis *villae* (Catál.: n.º 208; n.º 238; n.º 500; n.º 650)”. Considera-se, porém, que os sítios n.º 208 e 238, devido ao seu contexto, poderiam ser povoados mineiros. Sendo assim a política de reorganização do habitat teria sido iniciada sob a dinastia júlio-claudiana, quer o aproveitamento das jazidas metalíferas quer dos solos férteis da planície.

Estes dados são tanto mais relevantes porquanto a *Callaecia* continua a ser classificada como uma área periférica do Império. Pelo contrário no Noroeste da *Lusitania*, na Beira Interior Norte a datação da rede de povoamento agrícola revelou-se difícil, devido à raridade de material importado, como se deduz do trabalho de P. J. Cardoso Carvalho (2006). A uma escala ampla, sem pretender transpor estes comentários para a *Callaecia* Setentrional e *Asturia Transmontana*, pode admitir-se que a fixação do *habitat* e da paisagem estava consolidada em meados do século I, pelo menos no espaço hoje correspondente ao Norte de Portugal, ou seja a *Callaecia* meridional e *Asturia Augustana*.

## 6. A ECONOMIA

Tal como foi referido nos capítulos anteriores toda a zona Norte de Trás-os-Montes Ocidental é abundante em recursos minerais, talvez já explorados na Proto-História (Fonte *et alii* 2008b), justificando-se mesmo uma actividade metalúrgica cuja estrutura e dimensão são conhecidas devido às raras escavações, mas sobre a qual não há dúvidas, encontrando-se documentada em diversos castros: Outeiro Lesenho (ver Capítulo 4); S. Vicente da Chã; Carvalhelhos (Santos Júnior 1984) e Saceda (González Ruibal 2005).

Embora os dados cronológicos seguros se refiram a Três Minas, ou seja mais para Sul, no concelho de Vila Pouca de Aguiar (Wahl 1986, 1988 e 1989), será lógico pensar que o começo do aproveitamento sistemático dos recursos minerais da zona envolvente de Chaves se enquadra no âmbito da dinastia júlia-claudiana. Provavelmente quando se consolidaram os limites das *civitates* já se encontravam estabelecidos os *territoria metallorum*.

Os vestígios da mineração romana são muito abundantes (Lemos e Meireles 2006). No entanto, porque constituem uma parte específica deste livro não é necessário referi-los de modo detalhado neste capítulo. A exploração de ouro e estanho, mesmo que o seu produto pertencesse ao Imperador, movimentou populações, artífices, funcionários. De uma forma indirecta uma percentagem da mais valia ficava no território, confluindo para a sede da *civitas* de *Aquae Flaviae*, uma urbe construída para o futuro e próspera, conforme se pode deduzir dos seus monumentos.

O cultivo de cereais terá sido ampliado, sendo explorado tanto os campos de menor produtividade, nos alvéolos graníticos como os solos mais profundos da veiga, tanto quanto se pode deduzir da cartografia das *villae* e casais (Teixeira 1996). As ferramentas necessárias, em ferro, generalizaram-se. Supomos que os *termini augustales* (Silva, 1986), descobertos nas imediações de Chaves, testemunham a relevância económica desses solos e sua delimitação num cadastro.

A actividade mineira implicava uma gestão cuidadosa dos efectivos pecuários. Provavelmente já nessa época o gado bovino era alimentado nos lameiros e o gado ovino nos campos em pousio. Já o pastoreio de caprinos poderá ter sido restringido devido às necessidades de abastecimento das frentes mineiras com material lenhoso e madeira para os equipamentos acessórios, como condutas de água, andaimes e outras estruturas.

A quantidade de lagaretas e cavidades escavadas nos afloramentos graníticos, registadas nos inventários de Paulo Amaral (1993) e Ricardo Teixeira (1996) é impressionante, lembrando as zonas durienses como, por exemplo os concelhos de Alijó (Almeida 2005) e de Vila Nova de Foz Côa (Coixão 2000). Grande parte dessas estruturas, cuja datação é forçosamente imprecisa, mesmo quando se localizam no interior ou junto de um povoado da época romana, pode ter múltiplas finalidades. As descrições registadas por aqueles dois arqueólogos são bastante pormenorizadas, mas podem ter sido influenciadas pela sua experiência de trabalho no Vale do Douro. De qualquer modo, na sua maioria, podem estar relacionadas com a produção de vinho e de azeite. Neste caso seriam tardias, pois a generalização do cultivo daquelas duas espécies mediterrânicas terá ocorrido no quadro do Baixo Império e Antiguidade Tardia. E mesmo assim esta questão terá de ser analisada com maior profundidade pois que os últimos estudos paleobotânicos efectuados na Terra Quente Transmontana, em Pinhovel, no âmbito cronológico do Baixo Império, não detectaram vinha e oliveira (Tereso 2007), contrariando assim hipóteses anteriores (Lemos 1993). Nalguns casos, em função do contexto, talvez fossem tanques para a decantação de ouro. Um pequeno número poderia integrar santuários do tipo da Penha Escrita (Vilar de Perdizes), ou Argeriz (Valpaços).

## 7. A PAISAGEM

Como resultado da estrutura económica que apresentámos no ponto anterior a paisagem da época proto-histórica, organizada de acordo com uma matriz agro-silvo-pastoril foi profundamente alterada. A zona envolvente de *Aquae Flaviae*, terá sido cadastrada. Pelo menos tanto a fotografia aérea como os mapas 1:25 000 (edição antiga) revelam uma expressiva regularidade e notam-se fortes eixos. É indispensável analisar esses eixos, determinar regularidades e descobrir eventuais marcos do cadastro. De um modo geral toda a

zona ao longo da Veiga de Chaves, foi ocupada por *villae* e pequenas explorações, passando a ser aproveitada de forma intensiva a fertilidade dos solos, designadamente para a produção de cereais.

Porém a maior alteração paisagística deve ter resultado da actividade mineira. Actualmente as cortas mineiras, primárias e secundárias encontram-se mascaradas por dois fenómenos recentes: a florestação e o abandono dos campos. Porém não custa imaginar a paisagem lunar do vale superior do Terva, polvilhado por crateras de profundidade e tamanho variáveis, umas já abandonadas e outras ainda em pleno labor. Para além do impacto directo, convém salientar que no caso das explorações primárias em rocha mais dura, seria necessário recorrer a abundante material lenhoso, aplicado para aquecer e fracturar a rocha antes do desmonte a pico. As manchas de floresta seriam residuais e de um modo geral todos os cumes, bem como as vertentes estariam despidos de revestimento arbóreo e arbustivo.

Talvez a paisagem romana fosse semelhante à que existia nos princípios do século XX quando todos os terrenos andavam “fabricados” como dizem as populações. As cortas produzidas pela mineração foram mais tarde, a partir da Idade Média, aproveitadas para plantar vinha pois facultavam concavidades abrigadas, protegidas dos ventos mais gelados. Hoje estas vinhas estão abandonadas, como sucede na zona mineira de Gralhas.

## 8. SOCIEDADE

O conhecimento da estrutura social pode ser alcançado através do estudo dos equipamentos públicos e privados (urbanos e rurais), da cultura material (do tipo dos estudos realizados sobre *Bracara Augusta*) mas no espaço flaviense devido à escassez de monografias o meio disponível limita-se à epigrafia que ilustra apenas o grupo social com estatuto superior. A epigrafia do território flaviense difere consideravelmente da registada na *civitas* dos *Zoelae* (Trás-os-Montes Oriental) (Lemos 1993; Redentor 2002), verificando-se um maior número de epígrafes votivas e escassa ocorrência de estelas funerárias, aliás localizadas em pontos específicos. Revela assim mais semelhança com a zona de influência próxima de *Bracara Augusta*, embora neste sector do *conventus*, a percentagem relativa de epígrafes funerárias seja maior. As características específicas da “matriz” epigráfica flaviense não são aleatórias. Por comparação com os *Zoelae*, em que a importância e persistência da coesão das comunidades indígenas se cristaliza na epigrafia funerária, será possível sugerir que na esfera flaviense as elites autóctones optaram por afirmar a sua relação com o poder romano e a sua autoridade sobre as populações através da epigrafia votiva. Os altares dedicados a Júpiter ou outras entidades do panteão romano são numerosos (Rodríguez Colmenero 1997a). Mantiveram-se, no entanto os elos tradicionais, através de cultos abrangentes, dos quais o caso mais expressivo será porventura a veneração do deus Larouco.

De acordo com Alain Tranoy (1981) pode deduzir-se da antroponímia que o elemento indígena seria dominante, tendo-se verificado um processo semelhante ao de *Bracara Augusta*, onde famílias ilustres dos *castella* dos *Bracari*, parecem ter assumido um estatuto dirigente (Martins 2000 e 2009; Lemos 2008/09). Trata-se de um perfil distinto do de *Asturica*, uma cidade em que o pessoal ligado a funções administrativas é dominante (Mañanes Pérez 2000).

## 9. CONSIDERAÇÕES FINAIS

A zona de *Aquae Flaviae* tem uma matriz de povoamento muito específica, em que se destacam vários aspectos: o abandono da generalidade dos povoados fortificados proto-históricos; a grande extensão do território da *civitas*; a sua centralidade no espaço geomorfológico do Norte de Trás-os-Montes Ocidental e comarcas de Verín e de Limia; o seu posicionamento na faixa de fronteira entre os *conventus* de *Asturica* e de *Bracara*; a intensidade da mineração do ouro e do estanho; a complexidade da rede viária; os recursos cerealíferos da Veiga e pastoris dos planaltos ou montanhas envolventes (gado bovino e ovino), suficientes para criar um espaço regional auto-suficiente em produtos alimentares; a diversidade do povoamento, destacando-se pela sua relevância a rede de *vici* e os sítios mineiros; a cronologia da mudança do ordenamento territorial e paisagem, inserível no âmbito da dinastia júlio-claudiana.

Todas estas matérias necessitam de ser aprofundadas através de um trabalho mais sistemático. Assim este nosso texto deve ser considerado como um breve ensaio para futuras linhas de investigação. Será necessário rever as descrições anteriores visitando todos os locais inventariados pela bibliografia existente, estabelecer com maior precisão os limites da *civitas* de *Aquae Flaviae*, cartografar as vias secundárias à escala 1:10 000 ou 1:5000, determinar se existia um cadastro e aplicar modelos SIG actualizados, enfim anos de trabalho de campo e em gabinete. Por outro lado é necessário conhecer melhor a cidade de *Aquae Flaviae*, reunindo e intepretando os dados das numerosas escavações efectuadas.

## BIBLIOGRAFIA

- ALARCÃO, J. (1988) – *Roman Portugal*. Warminster: Aris e Phillips Ltd.
- \_\_\_\_ (1995-1996) – As *Ciuitates* do Norte de Portugal. In *Actas do Colóquio A rede viária da Callaecia: Homenagem a Martins Capella*. Braga: Unidade de Arqueologia da Universidade do Minho (Cadernos de Arqueologia. 2.<sup>a</sup> série. 12-13), p. 25-30.

- \_\_\_ (2004) – Sobre *Caladunum* e a via de *Bracara Augusta* a *Aquae Flaviae*. In AULIARD, C. e BODIOU, L. – *Au Jardin des Hespérides*. Rennes: PUR. p. 437-456.
- ALFOLDY, G. (1995) – Inscripciones, sacrificios y misterios: el Santuario Rupestre de Panóias/Portugal. *Madrid der Mitteilung*. Madrid: DAI. vol. 36. 252-258.
- \_\_\_ (1997) – Die Mysterien von Panóias (Vila Real / Portugal). *Madrid der Mitteilung*. Madrid: DAI. vol. 38. 176-246.
- \_\_\_ (2002) – Panóias: o santuário rupestre. In *Religiões da Lusitânia, Loquuntur Saxã*. Lisboa: MNA. p. 211-214.
- ALMEIDA, C. A. B. (1990) – Proto-História e Romanização da Bacia Inferior do Lima. *Estudos Regionais* (7/8). Viana do Castelo.
- \_\_\_ (2003) – *Povoamento Romano do Litoral Minhoto entre o Cávado e o Minho*, ed. autor.
- \_\_\_ (coord.) (2005) – *História do Douro e do Vinho do Porto, vol.1: História Antiga da Região Duriense*. Porto: GEHVID / Afrontamento.
- AMARAL, P. (1993) – *O povoamento romano no vale superior do Tâmega*. Porto: Faculdade de Letras. Dissertação de Mestrado.
- \_\_\_ (1999) – Ocupação e organização do território em torno de *Aquae Flaviae*. In *Actas da Mesa Redonda, Emergência e Desenvolvimento das cidades romanas no norte da Península Ibérica*. Porto: Escola Profissional de Arqueologia / IPPAR. p. 109-113.
- ANDRÉ, C. (2008) – Projecto VIAS AVGVTAS e traçado da Via XVII do Itinerário de Antonino. In *Bragança, Um Olhar sobre a História*. II. Bragança: Câmara Municipal de Bragança. p. 47-55.
- BAPTISTA, J. D. (1990) – *Via Prima: A Via Imperial Romana De Braga-Astorga*. Montalegre: Câmara Municipal de Montalegre. p. 135-182 (Sep. da Revista *Aquae Flaviae*).
- \_\_\_ (1992) – Ubi *Caladunum* et *Praesidium*? *Aquae Flaviae*. Chaves. vol. 7. 69-79.
- BARRADAS, L. A. (1956) – Vias Romanas das Regiões de Chaves e Bragança. *Revista de Guimarães*. Guimarães. vol. 66 (1-2). 160-240.
- BARROS, J. (1919) – *Antiguidades de Entre Douro e Minho e Trás-os-Montes*. Porto.
- CAAMAÑO GESTO, J. M. (1995/96) – El Trazado de la Via 18 del Itinerario de Antonino en Galicia. In *Actas do Colóquio A Rede Viária da Callaecia: Homenagem a Martins Capella*. Braga: Unidade de Arqueologia da Universidade do Minho (Cadernos de Arqueologia, Série Monografias, 12/13). p. 45-87.
- CARDOZO, M. (1985) – *Catálogo do Museu da Sociedade Martins Sarmento, Secção de Epigrafia Latina e Escultura Antiga*. Guimarães: Sociedade Martins Sarmento.
- CARNEIRO, S. (2005) – Intervenções Arqueológicas de Emergência no Centro Histórico de Chaves (1999-2000). *Revista Aquae Flaviae*. Chaves: Grupo Cultural. vol. 33. 7-91.
- CARVALHO, C. (2006) – A via XVII do Itinerário de Antonino no concelho de Montalegre. In *Actas das XVI Jornadas sobre a função social do museu*. Montalegre: Câmara Municipal de Montalegre e Ecomuseu do Barroso. p. 135-146.
- CARVALHO, C.; ENCARNAÇÃO, J. d' (2006) – Duas epígrafes de Montalegre (*Conventus Bracaraugustanus*). *Ficheiro Epigráfico*. Coimbra: IAFLUC. vol. 83. 368 e 369.
- CARVALHO, H. PA. (2008) – *O povoamento romano na fachada Ocidental do Conventus Bracarenensis*. Braga: Universidade do Minho. Dissertação de Doutoramento (on-line: [www.sdum.uminho.pt](http://www.sdum.uminho.pt)).
- CARVALHO, P. J. C. (2006) – *Cova da Beira: ocupação e exploração do território na época romana*. Coimbra: Dissertação de Doutoramento, Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra.
- COIXÃO, A. N. S. (2000) – *Carta Arqueológica do Concelho de Vila Nova de Foz Côa*. Vila Nova de Foz Côa: Câmara Municipal de Vila Nova de Foz Côa.
- CORTEZ, R. (1946) – Mosaicos Romanos na Região do Douro. *Anais do Instituto do Vinho do Porto*. Porto. vol. VII. p. 123-161.
- \_\_\_ (1947) – Panóias, Cividade dos Lapíteas. *Anais do Instituto do Vinho do Porto*. Porto. vol. VII. p. 239-247.

- \_\_\_ (1951) – *As escavações arqueológicas do “Castellum” da Fonte do Milho. Contributo para a Demogénia Duriense*. Porto. Sep. do Anais do Vinho Instituto do Vinho do Porto.
- CRUZ, C. M. S. (2000) – *A Paisagem e o Povoamento na Longa Duração. O Nordeste Transmontano – Terra Quente*. Braga: Universidade do Minho. Dissertação de Mestrado.
- DINIS, A. (1993) – *Ordenamento do território no Baixo Ave no 1.º milénio a.C.*, Porto: FLUP. Dissertação de Mestrado.
- \_\_\_ (1999) – Povoamento do Baixo Ave no 1.º milénio a.C. In *Actas do II Congresso de Arqueologia Peninsular*. Zamora: Fundación Afonso Henriques. vol. 3. p. 37-48.
- DURÁN FUENTES, M. (2005) – *La construcción de puentes romanos en Hispania*. Santiago de Compostela: Xunta da Galicia.
- FONTE, J. M. M. (2006) – O “Padrão dos Povos” de *Aquae Flaviae*. *Al-madan*. Almada: Centro de Arqueologia de Almada. n.º 14 (adenda electrónica).
- \_\_\_ (2009) – *Lesenho e Aquae Flaviae: dois modelos de Assentamento Central e duas Lógicas Locacionais de Época Pré-Romana e Romana*. Santiago de Compostela: Universidade de Santiago de Compostela. Trabalho de Investigação Tutelado (programa de doutoramento).
- FONTE, J.; LEMOS, F. S.; CRUZ, G.; CARVALHO, C. (2008a) – Segunda idade do ferro em Trás-Os-Montes Ocidental. *Férvedes*. Vilalba: Museo de Prehistoria e Arqueoloxía de Vilalba. vol. 5. 309-317.
- FONTE, J.; LEMOS, F. S.; CRUZ, G. e MARTINS, C. (2008b) – Mineração e Metalurgia pré-Romana em Trás-os-Montes Ocidental (Norte de Portugal). Comunicação apresentada no *Congresso Internacional de Mineração e Metalurgia Históricas no Sudoeste Europeu*. León: Universidad de León.
- FONTES, L. (1992) – *Inventário dos sítios e achados arqueológicos no concelho de Montalegre* (dact.), Braga, 1992.
- FONTES, L. e RORIZ (Ana) (2007) – *Património Arqueológico e Arquitectónico de Vieira Do Minho: Roteiros*. Vieira do Minho: Câmara Municipal de Vieira do Minho.
- FONTES, L.; ANDRADE, F. (2005) – *Revisão do inventário arqueológico do concelho de Boticas*. Braga: Universidade do Minho.
- GARCÍA MARCOS, V.; VIDAL ENCINAS, J. M. (1996) – “Asturica Augusta”: recientes investigaciones sobre su implantación y desarrollo urbano. In *Los Finisterres atlánticos en la Antigüedad*. Gijón. p. 135-145.
- GARDNER, A. (2007) – Fluid Frontiers: Cultural Interaction on the Edge of Empire. *Stanford Journal of Archaeology*. 5. 43-60.
- GONZÁLEZ RUIBAL, A. (2004) – Facing two seas: Mediterranean and Atlantic contacts in the NW of Iberia. *Oxford Journal of Archaeology*. 23-3. p. 287-317.
- \_\_\_ (2005) – El Castro de Saceda y la jerarquización territorial de la Segunda Edad del Hierro del Noroeste Ibérico. *Zephyrus*. vol. 58. 267-284.
- \_\_\_ (2006-07) – Galaicos. Poder y comunidad en el Noroeste de la Península Ibérica (1200 a.C.-50 d.C.). *Bri-gantium*. A Coruña: Museo Arqueológico e Histórico Castelo de San Antón. vol. 18-19.
- GRAU LOBO, L. (2000) – Augusto en el Bierzo (2000). Crónica de um aparecido. El Edicto del Bierzo. In *Augusto y el Noroeste de Hispania*. Ponferrada: Fundación Las Medulas. p. 11-15.
- GUERRA, A. (1998) – *Nomes pré-romanos de povos e lugares do ocidente peninsular*. Lisboa: Universidade de Lisboa. Dissertação de doutoramento em História Clássica.
- LEMOS, F. M. S. S. (1986/87) – Sondagens na Capela da Granjinha, Chaves. *Cadernos de Arqueologia*. Braga: Universidade do Minho. vol. 5. 163-171.
- \_\_\_ (1993) – *O povoamento romano de Trás-os-Montes Oriental*. Braga: Universidade do Minho. Dissertação de Doutoramento.
- \_\_\_ (2000) – A via romana entre *Bracara Augusta* e *Asturica Augusta* por *Aquae Flaviae* (Contributo para o seu estudo). *Revista de Guimarães*. Guimarães: SMS. vol. 110. 15-52.



- \_\_\_\_ (2001) – Arredores de *Bracara Augusta* – escavações arqueológicas na necrópole de S. Vítor, no contexto da via romana para *Aquae Flaviae*. *Forum*. Braga. vol. 29. 9-38.
- \_\_\_\_ (2003) – Trabalhos de Acompanhamento Arqueológico da Igreja de Santa Leocádia (Chaves). In *Actas do Seminário – Intervenção no Património. Práticas de Conservação e Reabilitação*. Porto.
- \_\_\_\_ (2004a) – O Poder Romano e a Reorganização territorial do Noroeste Peninsular: observações pontuais. In *O Passado em Cena: narrativas e fragmentos, Livro de Homenagem ao Professor Jorge Alarcão*. Coimbra: Centro de Estudos Arqueológicos das Universidades de Coimbra e do Porto. p. 225-246.
- \_\_\_\_ (2004b) – A Rede viária do *Conventus* de *Bracara Augusta*: a via secundária entre o vale do Douro (Peso da Régua) e *Aquae Flaviae* (Chaves). In *Au Jardin des Hespérides. Histoire, Épigraphie et Société des Mondes Anciens. Mélanges offerts à Alain Tranoy*. Rennes: PUR. p. 407-419.
- \_\_\_\_ (2007-08) – Antes de *Bracara Augusta*. *Forum*. Braga. vol. 42-43. 203-249.
- \_\_\_\_ (2009) – Concelho de Bragança. Proto-História e Romanização. In *A História marca Bragança*. Bragança: Câmara Municipal de Bragança.
- LEMOS, F. S.; LEITE, J. M. F. (2000) – Trabalhos Arqueológicos no logradouro da Casa Grande de Santo António das Travessas. *Forum*. Braga. vol. 27.15-38.
- LEMOS, F. S.; MORAIS, P. (2005) – Vias Augustas e Mineração Aurífera. *Forum*. Braga. vol. 36. 15-56.
- LEMOS, F. S.; MEIRELES, C. A. P. (2006) – Mineração Aurífera no *Conventus* de *Bracara Augusta*. In *Actas do 3.º Simpósio sobre Mineração e Metalurgia Históricas no Sudoeste Europeu*. Porto: IPPAR. p. 155-165.
- LEMOS, F. S.; MARTINS, C. M. B. (2008) – *Civitates* e exploração aurífera romana no Noroeste da Península Ibérica. Comunicação apresentada no *Congresso Internacional de Mineração e Metalurgia Históricas no Sudoeste Europeu*. Léon: Universidad de Léon.
- LOPES, A. B. (2003) – *Proto-história e romanização do Baixo Minho*. Porto: FLUP. Dissertação de doutoramento.
- LOPO, A. P. (1987) – *Apontamentos Arqueológicos*. Braga, 180 páginas.
- MACIEL, T. (1997) – *Padrões de povoamento proto-histórico no vale do Neiva*. Porto: FLUP. Dissertação de mestrado.
- \_\_\_\_ (2003) – *Povoamento proto-histórico no vale do Neiva*. Esposende: Rio Neiva, Associação de Defesa do Ambiente.
- MACIEL, T.; MACIEL, J. (2004) – *Estradas Romanas no Território de Vinhais. A antiga rede viária e as suas pontes*. Vinhais: Câmara Municipal de Vinhais.
- MAÑANES PÉREZ, T. (2000) – *Inscriptiones Latinas de Astorga*. Valladolid: Universidad de Valladolid.
- MANTAS, V. (1996) – *A Rede Viária romana da faixa atlântica entre Lisboa e Braga*. Coimbra: FLUC. Dissertação de Doutoramento.
- MARTINS, C. M. B. (2008) – *A exploração mineira romana e a metalurgia do ouro em Portugal*. Braga: Universidade do Minho (Cadernos de Arqueologia. Monografias n.º 14).
- MARTINS, M. M. R. (1989/90) – *O povoamento proto-histórico e a romanização da bacia do curso médio do Cávado*. Braga: Universidade do Minho. Cadernos de Arqueologia, Monografias 5.
- \_\_\_\_ (1995) – A ocupação romana da região de Braga: balanço e perspectivas de investigação. In *Actas do Congresso Histórico Comemorativo dos 150 anos do Nascimento de Alberto Sampaio*. Guimarães. p. 73-114.
- \_\_\_\_ (2000) – *Bracara Augusta. Cidade Romana*, Braga: Unidade de Arqueologia da Universidade do Minho, Braga.
- \_\_\_\_ (2009) – A Romanização. In *Minho: Traços da Identidade*. Braga: Universidade do Minho. p. 216-269.
- MARTINS, M.; LEMOS, F. S.; PÉREZ LOSADA, F. (2005) – O Povoamento Romano no Território dos Galai-cos Bracarense. In FERNÁNDEZ OCHOA, C.; GARCÍA DÍAZ, P. (ed. cient.), *Unidad y diversidad en el Arco Atlántico en época romana*. Gijón: BAR International Series 1371. p. 279-296.
- MENDES, C. (2005) – *Relocalização, Inventariação e Recuperação do Traçado da Estrada Romana (Via XVII) existente no concelho de Macedo de Cavaleiros*. Relatório de Progresso. (Projecto [www.terrasquentes.com](http://www.terrasquentes.com); on-line).

- MORAIS, P. J. S. (2004) – O Traçado da Via XVII no Concelho de Chaves. In *Seminário Internacional: Vias Romanas da Hispânia – as vias XVII e XVIII di Itinerário de Antonino*. Chaves: Centro Regional das Beiras / Universidade Católica Portuguesa (pólo de Viseu). Comunicação apresentada.
- MORAIS, R. (2005) – *Autarcia e Comércio em Bracara Augusta. Contributo para o estudo económico da cidade no período Alto-Imperial*. Braga: Universidade do Minho. Bracara Augusta. Escavações Arqueológicas, 2.
- \_\_\_\_ (2007) – A via atlântica e o contributo de Gádir nas campanhas romanas na fachada Noroeste da Península. *Humanitas*. vol. 59. 99-132.
- MOURINHO, A. M. (1977) – Ponte romana no rio Tuela e síntese das vias e pontes no Nordeste Transmontano. *Trabalhos de Antropologia e Etnologia*. Porto: SPAE. vol. 23 (1). 279-288.
- OREJAS, A.; SASTRE, I.; SÁNCHEZ-PALENCIA, F. J.; PLACIDO, D. (2000) – El Edicto de Augusto del Bierzo e la primeira organización romana del NoroestePeninsular. *El Edicto del Bierzo. Augusto y el Noroeste de Hispania*. Ponferrada: Fundación Las Médulas. p. 63-112.
- OREJAS, A.; SÁNCHEZ-PALENCIA, F. J. (2002) – Mines, Territorial Organization and Social Structure in Roman Iberia: Carthago Nova and the Peninsular Northwest. *American Journal of Archaeology*. vol. 106. 581-599.
- PEREZ LOSADA, F. (2000) – Sistema viario e núcleos agrupados romanos no sector oriental galego do convento bracarense. *Revista de Guimarães*. Guimarães: SMS. vol. 110. 119-161.
- \_\_\_\_ (2002) – Entre a Cidade e a Aldeia. Estudo arqueohistórico dos “aglomerados secundários” romanos em Galicia. *Brigantium*. A Coruña. vol. 13.
- PINHEIRO, J. H. (1888) – Relatório sobre as ruínas romanas descobertas junto da povoação de Castro de Avellas no mês de Fevereiro de 1887. *Revista de Guimarães*. Guimarães: SMS. vol. 5 (2). 72-96.
- RIBEIRO, A. (1974) – *Contribution à L'Étude Tectonique de Trás-os-Montes Oriental*. Lisboa.
- REDENTOR, A. (2002) – Epigrafia romana da região de Bragança. *Trabalhos de Arqueologia*. Lisboa: IPA. vol. 24.
- RODRÍGUEZ COLMENERO, A. (1997a) *Aquae Flaviae I. Fontes Epigráficas da Gallaecia Meridional Interior*. Chaves: Câmara Municipal de Chaves.
- \_\_\_\_ (1997b) – *Aquae Flaviae II. O Tecido Urbanístico da Cidade Romana*. Chaves: Câmara Municipal de Chaves.
- RODRÍGUEZ COLMENERO, A.; COVADONGA CARREÑO, M. (1999) – *Lucus Augusti*, capital romana del finisterre hispánico. In *Actas da Mesa Redonda, Emergência e desenvolvimento das cidades romanas no norte da Península Ibérica*. Porto: Escola Profissional de arqueologia/IPPAR. p. 115-132.
- RODRÍGUEZ COLMENERO, A.; FERRER SIERRA, S.; ÁLVAREZ ASOREY, R. (2004) – *Miliários e outras inscrições viarias romanas do Noroeste Hispánico. Conventos Bracarense, Lucence e Asturicense*. Santiago de Compostela: Concello da Cultura Galega.
- SANCHEZ-PALENCIA, FJ (2000) – *Las Médulas (Léon). Un paisaje cultural en la Asturia Augustana*. Léon: Instituto Leonés de Cultura.
- SANTOS JÚNIOR, J.R. (1984) – 30 anos de escavações no Castro de Carvalhelhos (Boticas-Vila Real). *Revista de Guimarães*. Guimarães: SMS. vol. 94. 411-424.
- SILVA, A.C. (2007) – *A Cultura Castreja no Noroeste de Portugal*. Paços de Ferreira: Câmara Municipal de Paços de Ferreira.
- SILVA, A. C. F.; PINTO, F. S.; QUINTINO, N.; TEIXEIRA, V. (2006/07) – Novos dados sobre o urbanismo e história da cidade de Chaves. *Ciências e Técnicas do Património*. Porto: FLUP. vol. V-VI. 549-565.
- TEIXEIRA, R. (1996) – *De Aquae Flaviae a Chaves. Povoamento e organização do território entre a Antiguidade e a Idade Média*. Porto: FLUP. Dissertação de mestrado.
- TERESO, J. P. V. (2007) – *Paleoetnobotânica do povoado romano da Terronha de Pinhovelo (NE transmontano)*. Porto: FCUP. Dissertação de Mestrado.
- TRANOY, A. (1981) – *La Galice Romaine*. Paris: Ed. Boccard.

- WAHL, J. (1986) – *Resultados das pesquisas arqueológicas do 4/8/86 a 10/11/86 na zona das minas de ouro romanas de Três Minas*. Relatório policopiado.
- \_\_\_ (1988) – Tres Minas. Vorbericht Uber Die Archäologischen Untersuchungen im Bereich des Römischen Goldbergwerks 1986-87. *Madrider Mitteilungen*. Madrid. vol. 29. 31-56.
- \_\_\_ (1989) – *Resultados das pesquisas arqueológicas efectuadas em 1988 e 1989, na zona da mineração romana de Três Minas de Jales*. Relatório policopiado.
- XUSTO RODRÍGUEZ, M. (1993) – Territorialidade castrexa e galaico-romana na Galicia Suroriental: a terra de Viana do Bolo. *Boletín Auriense*. Ourense: Museo Arqueolóxico Provincial. Anexo 18.

